

O INCIDENTE DE FÊCHO-DOS-MORROS EM 1850

UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DO FORTE DE COIMBRA

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

Em nossa história diplomática o incidente que vamos narrar é conhecido imprópriamente pelo nome de *Pão de Açúcar*. Este nome, todavia, não pertence ao local exato em que se deu o incidente, mas ao monte culminante da morraria ali existente chamada *Fêcho-dos-Morros*, no médio Paraguai (1). Nesse ponto, o rio estrangula-se por entre os morros, e no lugar mais apertado bifurca-se em dois canais, que, a seguir, de novo se unem, formando a ilha montuosa que também se chama *Fêcho-dos-Morros*. Foi nesta ilha e na margem fronteira, de leste, que se deu o incidente de 1850, e não no morro de Pão de Açúcar, que dista 3 km da margem do rio. Talvez por ignorarem o nome *Fêcho-dos-Morros* é que os demarcadores do Tratado de Madri, ao subirem por ali o rio em 1753, batizaram aquele desfiladeiro fluvial por *Estreito do Pão de Açúcar*. Daí, provavelmente, é que veio este nome ao incidente de 1850, conquanto o nome certo, que lhe cabe, é o do local exato em que lhe se deu: *Fêcho-dos-Morros*.

Em nossas negociações com o governo paraguaio, insistia Carlos López, pelo velho chavão de Azara, de que a fronteira do Paraguai ao norte devia balizar-se pelo Rio Branco. Discutindo o caso com Pimenta Bueno, nosso encarregado de negócios em Assunção, este procurou provar-

lhe o não fundamento dessa pretensão. Carlos López, contudo, insistia no seu ponto de vista, e, como a basear-se em documento irretorquível, mostrou a Pimenta Bueno o mapa de Azara, oferecido por este ao cabildo de Assunção, no qual o antigo comissário de limites traçara graeiosamente a fronteira paraguaia por aquele rio.

Quem poderia vencer a obstinação dos dirigentes paraguaios? De nossa parte, entretanto, nada podíamos ceder nessa frente, porque o domínio territorial brasileiro se mantivera ali, ininterrupto, até a linha do Apa.

Ora, para acabar com essas arrelhas, o presidente de Mato Grosso João José da Costa Pimentel (1849-51) explicou ao nosso Ministro de Estrangeiros (2), que Pimenta Bueno, ao tempo em que era encarregado dos negócios do Brasil em Assunção, sugerira ao presidente da Província a conveniência da ocupação, quanto antes, de Pão de Açúcar, pois "de nenhum modo" o governo do Paraguai negaria o direito que tínhamos àquele terreno. A vista do que, o ex-presidente da Província, tenente-coronel Ricardo José Gomes Jardim (1844-47), oficiara ao Ministro da Guerra reforçando tais idéias e pedindo autorização para criar um destacamento naquele ponto e algumas lunetas

(1) Como vimos no *Segundo Período*, o morro de Pão de Açúcar celebrou-se nas incursões dos primeiros expedicionários espanhóis, Paraguai acima. Chamaram-no S. Fernando. Este nome, decaiu e os bandeirantes, quando por ali transitaram dois séculos depois, passaram a chamá-lo de Pão de Açúcar, por sua semelhança com o do mesmo nome na entrada da Guanabara.

(2) Offício de 28-9-850, no Arq. Hist. do Itamaraty.

ou redentes para reforçá-lo(3). Não vindo resposta dessa consulta, o novo presidente da Província, João Crispiniano Soares (1847-48), por saber de nosso direito e da utilidade daquela ocupação à margem esquerda do rio, pediu solução do caso (4) ao Ministro da Guerra. Este, finalmente, "expediu ordem a esta Presidência para se formar o destacamento de Pão de Açúcar, fazendo-se o orçamento das despesas, para ser autorizado" (5).

Em outubro de 1847 já havia determinado o presidente Crispiniano ao capitão João José de Azevedo, comandante geral da fronteira, que mandasse proceder a um reconhecimento minucioso da região de Fêcho, com aquele destino. Esse reconhecimento, porém, por causa das chuvas, não pôde ser realizado nesse ano e sim em dezembro de 1848, sendo incumbido dele o tenente Francisco Bueno da Silva, da guarnição de Miranda. Dessa diligência apresentou o tenente um relato e um roteiro, dos quais consta que ele "chegou ao Pão de Açúcar a 4 do corrente (dezembro), tendo atravessado campos firmes e mui pequenos pântanos, três ribeirões e uma baía já perto daquele lugar, que, circulado de matas e veredas, forma um ponto de defesa próprio para um destacamento militar, e, de volta, passou pelas tri-

bos dos guaicurus", apresentando-se a 12 no Forte de Coimbra (6).

As providências ficaram paralizadas durante mais de um ano até que o novo comandante geral da fronteira, capitão José Joaquim de Carvalho "oficiou-me sôbre a necessidade e vantagem de ocupar-se Fêcho-dos-Morros (que é o mesmo Pão de Açúcar) e, eu, à vista da autorização e ordem do Governo Imperial, mandei ocupar o ponto por um destacamento de 40 praças (7), o que se efetuou a 29 de junho último (1850) em uma ilha montuosa que o comandante julgou mais própria para ser fortificada, porque é a que forma o Fêcho-dos-Morros e varre um grande estirão do rio, que nesse lugar é estreito e se torna um desfiladeiro". Na visita que o presidente Pimentel fez depois às fronteiras, chegou àquele lugar e reconheceu "que na verdade é a ilha a melhor e mais defensável posição" (8).

Chegando ao conhecimento de Carlos López que Fêcho-dos-Morros fôra ocupado por força brasileira, indignou-se com o fato e mandou preparar uma expedição para desalojar o destacamento brasileiro. Avisado o nosso encarregado de negócios, Pedro de Alencastro Bellegarde, do que acontecera, interveio com presteza junto ao governo paraguaio para evitar o choque ar-

(3) O ofício de Gomes Jardim é de 22-8-845 ao Min. da Guerra. O motivo alegado é de o Presídio de Miranda estar em ruínas e ser insuficiente para vigiar a campanha. Em vez de reedificá-lo, propõe construir um forte em Fêcho e dar-lhe um forte destacamento, cujo "principal objeto atualmente é a ronda dos campos e polícia da fronteira". *Arq. Hist. do Itamaraty.*

(4) Ofício de 16-6-847. *Arq. Hist. do Itamaraty.*

(5) Aviso de 9-12-847, do Min. da Guerra. Nele se declara que o governo imperial concorda com a ocupação de Fêcho para impedir que o Paraguai o fizesse. Todavia, por falta de recursos, a Província, naquele tempo, não pôde realizar a providência. *Arq. Hist. do Itamaraty.*

(6) Of. de 12-12-848, do comandante geral interino da fronteira, capitão Vicente Coelho. *Arq. Hist. de Cuiabá.*

(7) Of. de 9-3-850, com a ordem do presidente Pimentel ao comandante da fronteira para ocupar a posição. Recomenda-lhe o Presidente que escolha um oficial prudente para comandar o destacamento, o qual lavrará um termo da instalação, assinado por toda a guarnição e procederá com relação aos guaicurus para que de maneira alguma nos comprometam. *Arq. Hist. do Itamaraty.*

(8) Na ata da ocupação, o capitão Carvalho fugiu à verdade, quando deixou escrito que ela se verificou à margem esquerda do rio, e não na ilha. Também no ofício de 17-7-850, que acompanha a ata da ocupação, diz o capitão Carvalho ao presidente da Província que o destacamento se estabeleceu "em o lugar denominado Fêcho-dos-Morros, à margem oriental do Paraguai... cuja força se compõe de um subalterno, comandante, um sargento, um cabo, dois aspençadas, trinta e cinco soldados, um corneta e um tambor. *Arq. Hist. de Cuiabá e J.F. Moutinho, Notícia sôbre a Província... pág. 255.*

mado e comunicou-se com o nosso comandante de fronteira e com o presidente Pimentel, declarando-lhes que causara a mais desagradável impressão ao governo do Paraguai a ocupação da ilha de Fêcho-dos-Morros, tanto mais quanto, nem êle, Bellegarde, nem o governo Paraguaio tivera conhecimento anterior do que se pretendia.

"Pareceu talvez uma surpresa e o resultado foi mandar êste governo armar uma expedição para atacar a referida posição, antes que eu fôsse ciente do fato; e à confiança e boa fé que têm presidido às relações entre os dois países, sucedem, de parte dêste governo, a descon-fiança.

"A ordem para a partida da expedição e a impressão de descon-fiança se comunicavam à população. Sempre se tem o Governo Imperial esforçado para conseguir a melhor harmonia entre o Império e esta República; e as circunstâncias presentes tornam ainda mais útil e necessário recorrer a um meio de fazer cessar, quanto antes, a possibilidade de um conflito que tão gravemente comprometeria a amizade dos dois países, e, mesmo, os grandes interesses americanos, que são o fito do Governo Imperial."

"Este meio, que convencionei com o Governo da República, foi o de escrever eu a V.S., pedindo-lhe que desocupe, quanto antes, a referida posição de Fêcho-dos-Morros, voltando as coisas ao antigo estado, até que o Governo Imperial decida. Este Govêno, por sua parte, mandou sustar a marcha da expedição, que já se achava em caminho, até que se obtenha resposta de V.S., e, no caso de se prestar V.S., como espero, à referida desocupação, as forças paraguaias voltarão aos seus antigos destinos e tudo ficará no estado em que estava antes da ocupação brasileira."

Encarece, a seguir, Bellegarde, que se tratava de evitar um conflito, que podia ter consequências

políticas de grande alcance; e, acrescenta, que assumia tôda a responsabilidade da desocupação perante o Governo Imperial, "na íntima convicção de que faço um serviço ao nosso país".

Até aqui os termos do officio dirigido por Bellegarde ao capitão José Joaquim de Carvalho, inserto no que enviou ao presidente Pimentel. E, a seguir, dirigindo-se a êste, reafirma que toma sôbre si tôda a responsabilidade de tal iniciativa — a desocupação de Fêcho. E acrescenta: "Sabe V. Ex^a. quanto já são complicados êstes negócios da América Meridional e quanto o Governo Imperial se empenha na solução pacífica dêles". E termina, pedindo ao presidente Pimentel "aliviar da responsabilidade ao comandante da Fronteira no caso de aceitar o meu convite de desocupar a posição" (9).

A êsse officio de Bellegarde respondeu Pimentel com o seu de 16-9-850, de bordo da *Barca 23 de Julho*, surta no rio Paraguai, à jusante de Olimpo (10). Declara que mandou ocupar Fêcho "unicamente por motivos policiais e nunca com intenção de opor qualquer gênero de obstáculo à navegação do Paraguai"; que incontestavelmente Pão de Açúcar e a ilha que ali se encontra são brasileiros, pois estão 18 léguas acima do Apa, limite sul da Província; que, assim que recebeu o officio acima referido, ficou resolvida a transferência do destacamento para a margem esquerda "o que terá lugar por êstes oito dias indubitavelmente".

Acrescenta o presidente Pimentel que, realmente não houve idéia de violação dos direitos de nossos vizinhos e, tão só, necessidade de uma guarda para policiar a fronteira, exposta e sem ponto de apoio na extensa região de Miranda ao Apa, "sendo necessário enviar, com nímia dificuldade, rondas daquele a êste ponto".

Neste particular, surpreende-se o presidente da Província de que

(9) Of. reservado de Bellegarde, de 6-IX-850, ao Presidente de Mato Grosso. Arq. Hist. do Itamaraty.

(10) Arq. Hist. do Itamaraty.

o Paraguai haja preparado uma expedição para fazer desocupar Fêcho e "que essa república tivesse por um momento desconfiado da boa fé e lealdade de uma nação vizinha que tantas provas lhe há dado e está dando de sua ininterrompida e sincera amizade; e a par desta surpresa, eu estremei ao ler no ofício de V.Ex^a. que uma expedição se havia armado para expulsar nosso destacamento, sem que, ao menos, procedesse às explicações e mais fórmulas do estilo entre nações amigas e sem mesmo que V.Ex^a. soubesse".

Como se viu dêsse comunicado, o presidente da Província desceu até Fêcho para ver os fatos. Todavia, não mandou desocupar a posição, como lhe solicitou Bellegarde; limitou-se a mandar que o destacamento deixasse a ilha, em que se estabelecera, e se fixasse no outro lado do canal, na margem esquerda. Ora, em tais condições, a ocupação brasileira permanecia no mesmo pé de desagrado ao governo paraguaio, pois, apenas mudava de assento, passando da ilha para a margem fronteira, a 100 m desta. Não era isso, porém, que pedira Bellegarde. O governo paraguaio só se contentaria, não com a simples passagem do destacamento, da ilha para a margem oposta, mas com a evacuação do território contestado. Ora, foi nestas condições, segundo expendeu Bellegarde, que o governo paraguaio se conformou em sustar a partida da expedição, mandada para repelir o destacamento brasileiro.

Vê-se daí que Bellegarde agiu com prudência e acerto. As dificuldades se teriam contornado se sua palavra houvesse sido compreendida e acatada pelo governo matogrossense. Assim não aconteceu. Pimentel imaginou que López não iria às de cabo, uma vez abando-

nada a ilha pelo destacamento brasileiro. Mas o raciocínio do Presidente foi escasso. Não se tratava simplesmente da ilha, isto é, do controle da navegação do Rio, mas do território contestado.

Como não se houvesse verificado a retirada do destacamento brasileiro, López, que tinha sua polícia secreta nos arredores de Fêcho, avisado da inobservância do que lhe prometera Bellegarde, e sem que o comunicasse a êste, soltou a expedição armada para que desse cumprimento à sua ordem.

A tropa paraguaia era comandada pelo Capitão Villa Mayor e se compunha de 400 a 500 homens (11). Como se vê, a determinação de López era de quem iria às últimas consequências. Essa força era de fato esmagadora. Excedia a totalidade das tropas brasileiras sediadas nas guarnições brasileiras do médio-Paraguai e do Miranda.

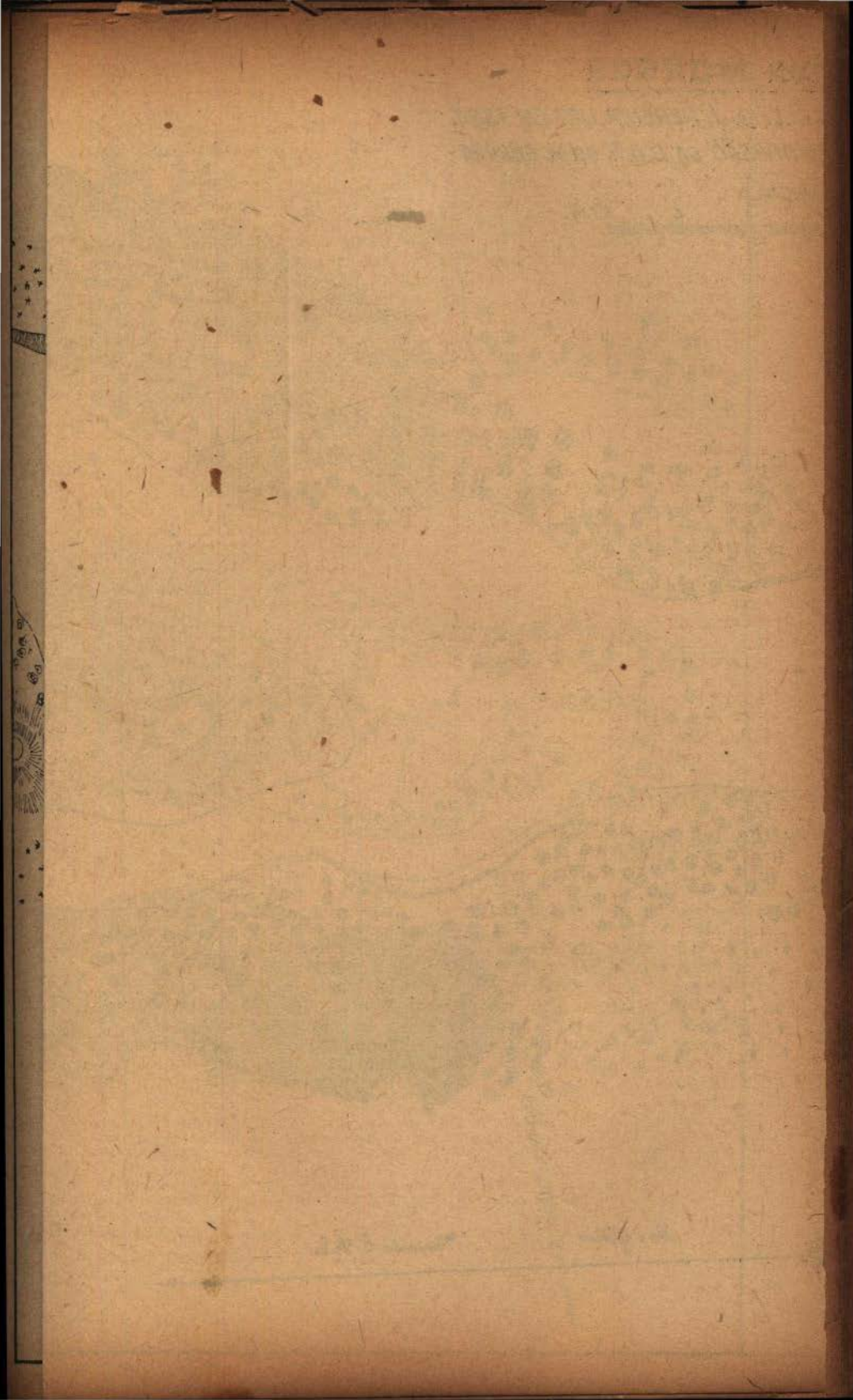
O destacamento de Fêcho estava sob o comando do tenente Francisco Bueno da Silva, contava então 31 praças, e provinha do Forte de Coimbra.

A parte de combate do tenente Bueno da Silva (12) faz, como se segue, a narração do ataque paraguaio. As 23 horas do dia 12 de outubro, achando-se o destacamento com 31 praças (13), passou por ali, pelo meio do rio, em silêncio, uma grande barca. O tenente chamou-a à fala, mas ela não respondeu. A seguir, passaram mais duas barcas para a margem direita do rio e duas lanchas para a do destacamento, sendo estas acompanhadas de 8 canoas que conduziam de 10 a 14 homens cada uma. O tenente mandou tocar rebate, armou a gente, distribuiu sentinelas pelos flancos. No dia imediato, ao amanhecer, enviou duas praças a darem aviso ao comandante da frente, mas estas, subindo o rio,

(11) Os autores (Rio Branco, Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Antnio Corrêa do Couto, etc.) fazem menção de 800 homens. A parte de combate do tenente Bueno, porém, com maior autoridade, avalia a força paraguaia em 400 a 500 homens.

(12) Esta parte é de 26-10-850, procedente do Forte de Coimbra, onde o Tenente Bueno chegou no dia anterior, 16 dias depois do ataque a Fêcho. V. no Arq. Hist. do Itamarati.

(13) Não sabemos por que os autores, que trataram dêste caso, dão 25 praças ao destacamento quando a parte de combate lhe dá 31.



encontraram a primeira embarcação paraguaia acima da ponta da ilha.

Nesse tempo aproximaram-se uma barca e uma lancha paraguaia e passaram ao tenente um ofício em espanhol, com "letras fora das do nosso uso, e má letra; só entendi o dizer que desocupasse a ilha, fizesse um abaixo assinado e retirasse e que teria contemplação comigo, a que respondi que a ilha estava ocupada por ordem do meu comandante, emanada do Exmo. Governo, e que não me retirava senão por ordem superior". Dois soldados, por quem o tenente mandou a resposta, ficaram presos pelos paraguaios.

As 14 horas voltaram as embarcações paraguaias com bandeiras vermelhas e acercaram-se do destacamento, à distância de tiro. O tenente gritou-lhes que lhe devolvessem os dois soldados e se tivessem algo a dizer, que o dissessem. O comandante paraguaio, no entanto, mandou avançar uma barca, uma lancha e 8 canoas, ao que o tenente gritou-lhes de novo não atrasassem que ele faria fogo. Retrocederam, então, os paraguaios e foram reunir-se às mais barcas que estavam ancoradas. Chegada a noite, "fizeram partir 2 lanchas a ocupar a ilha, acima" e ali pernoitaram. Pelas 6 horas do dia 14 "puseram em linha de batalha" e as embarcações avançaram para terra. Neste ponto o tenente gritou aos soldados que não deixassem chegar mais que uma canoa, e, se outras avançassem, fizessem fogo. A uns 30 m partiu a primeira descarga do destacamento e travou-se a luta de parte a parte. As embarcações eram armadas de canhões, diz o tenente, e os atacantes contavam 400 a 500 homens.

O fogo durou 3 horas, até que o destacamento, acossado pelos ata-

cantes, viu-se constringido a abandonar a posição, deixando um anseçada, um soldado e um índio mortos (14) e um soldado gravemente ferido. No atropelo da retirada perdeu-se a caixa de guerra e o bocal da corneta. Ainda assim, o tenente Bueno, sem meios para dar o sinal de reunião, conseguiu reunir 18 praças e chegar à aldeia dos índios beaquiús, onde teve hospedagem e deixou 16 soldados, talvez estropeados, por não poderem acompanhá-lo de pronto até o Forte de Coimbra.

Não pôde precisar o tenente o número de mortos paraguaios (15).

O material das oficinas, assim como 16 armas, 1.200 cartuchos, pólvora, canoa, corrente, papéis de correspondência, bagagem do pessoal, ficaram em poder dos paraguaios, em consequência da retirada precipitada. Por este motivo, o tenente Bueno foi dar ao Forte de Coimbra no dia 26 de outubro, "no triste estado de nudez, depois de ter viajado a pé, em sertões estranhos, cheios de espinhos, 7 dias até os beaquiús, 2 em cavalgadas até o Rabo da Ema, e 3 pelo rio, ainda com desejos de voltar à contenda, mormente com aqueles soldados que tão briosamente me acompanharam e que no fervor da luta se distinguiram com valor" (16).

A esse tempo, a contar de outubro, o capitão Carvalho, comandante geral da fronteira, estava em Cuiabá, pelo que, o capitão Antônio Peixoto de Azevedo, seu substituto imediato, foi quem tomou as medidas de precauções pertinentes. O Forte de Coimbra ficara no momento sob o comando do tenente Joaquim Antônio da Fonseca, a quem o tenente Bueno dirigiu sua parte de combate.

No mês de dezembro já estava de novo o capitão José Joaquim de Carvalho em Albuquerque no co-

(14) Esse índio era camarada do tenente e morreu combatendo.

(15) O Barão de Rio Branco, em *Efemérides*, faz menção de 1 oficial e 8 soldados, mortos e feridos. Quanto aos prisioneiros, diz Leverger, em of. de 24-I-851, ao Ministro de Estrangeiros, que os prisioneiros, levados pelos paraguaios de Fêcho-dos-Morros, bem como os que eles fizeram em Vacarias, regressaram às guarnições brasileiras.

(16) Palavras finais da parte de combate do tenente Bueno. Magnífico elogio aos seus soldados!

mando geral da fronteira. Tudo leva a crer que este oficial, por sua livre iniciativa, não se tendo conformado com o revés do destacamento, que êle mesmo assentara na ilha de Fêcho, procurou tirar partido da amizade e do espírito belicoso dos guaicurús, bem como das indisposições dêstes contra os paraguaios, para induzír-los a represálias.

Os acontecimentos que, a seguir, passamos a narrar (17), respondem pelo que se teria verificado logo depois.

O capitão Carvalho, ao regressar de Cuiabá, em dezembro de 1850, chamou ao seu PC, em Albuquerque, o cacique guaicuru Lapagate e mandou-o a região de Fêcho assuntar o destino da força paraguaia. Este chefe guaicuru convocou Lixagote e o mais colegas do Nabilique e, reunidos 80 cavaleiros, partiu com êles pela campanha. Verificando que parte da força paraguaia se recolhera a Olimpo, recambiou para ali, passou o rio a nado, 10 km à montante do forte, e distribuiu a tropa em tórno dêle, a boa distância, para não ser presendido.

Entrementes, avisados pelos índios, vieram engrossá-los e dirigir disfarçadamente as operações, elementos do Forte de Coimbra, comandados, ao que parece, pelo tenente Bueno, que o capitão Carvalho com êles mancomunara. Realmente, os índios, por si mesmos, não se dariam ao luxo de atacar ostensivamente um Forte armado de canhões, cujas simples detonações êles temiam.

Ora, aconteceu que os paraguaios, estando entretidos a esfolar alguns bois para alimentação da tropa, a sentinela deu pelo cêrco e soltou o alarma — *los bárbaros!* Os ho-

mens abandonaram a carneação e meteram-se no forte. Os índios conservaram-se à distância, em observação, com os cavalos pelas rédeas. Na manhã seguinte, quando os cavalarianos gentios fizeram um lanço para a frente, notaram que o forte estava abandonado. Os paraguaios, durante a noite, haviam tomado duas lanchas, que ali estavam, e zarparam rio abaixo.

O cacique Lapagate ocupou o forte e mandou avisar o capitão Carvalho no Forte de Coimbra, a quem enviou a fechadura do Olimpo (18). Carvalho só tinha uma decisão coerente: mandar evacuar Olimpo pelos guaicurús. Todavia, como (tudo faz crer) fôra êle o pai daquela idéia, resolveu ganhar tempo e levou o caso ao conhecimento do Presidente da Província, que, por sua vez, o teria comunicado à Côrte. Durante êsse vaivem de partes e consultas, os guaicurús permaneceram cinco meses na posse de Olimpo, e só o abandonaram por instâncias de Bellegarde, mercê de officios que êste dirigiu ao Presidente da Província e ao comandante geral da fronteira, concitando-os a não agravarem as dificuldades existentes com o govêrno paraguaio.

Simultaneamente, ou logo depois da agressão de Fêcho, outra força paraguaia de cavalaria invadiu a campanha do alto Miranda, come-teu tropelias e prendeu ali brasileiros pacíficos, entre os quais Pedro da Silva que se dizia filho do Barão de Antonina. O comandante geral da fronteira não dispoñdo de força suficiente no Forte de Coimbra para marchar para aquela região, chamou o cacique guaicuru, Guidanani e ordenou-lhe que partisse com os seus cavaleiros ao encálce dos invasores. O cacique pôs

(17) Antônio Corrêa do Couto, *Dissertação sôbre...*

(18) O General Mello Rego, em *O Forte de Coimbra*, e o Barão do Rio Branco, em *Efemérides*, dizem que os índios incorporados à guarda se retrairam de Fêcho e se apoderaram do Forte Olimpo. O fato, porém, não se deu na retirada e sim em fins de dezembro, quando o capitão Carvalho regressou de Cuiabá. Rio Branco diz que o próprio capitão Carvalho dirigiu essa operação contra o Forte Olimpo. Esta assertiva, porém, não tem cabimento. Se ela não foi comandada pelo ten. Bueno, que, no final de sua parte, mostrou desejo de retornar à refrega, ter-se-ia realizado ao mando de algum sargento ou cabo do Forte de Coimbra, semi-vestidos provávelmente êle e os soldados, à feição guaicuru.

em forma 60 índios e saiu no rasto da força paraguaia. Alcançou-a na margem do Apa, tirou-lhe grande parte do gado que arrebanhara e afugentou-a (19).

O capitão Carvalho, em officio de 27-12-850, comunica ao Presidente da Província que chamou a sua presença no Forte de Coimbra os capitães guaicurus, Tacaduana, Lapagate e Lixagote para aconselhá-los a deixarem as tropelias contra os paraguaios, feitas, na verdade, a mando do próprio Carvalho. O último deixou de comparecer porque ainda não regressara de sua excursão pela campanha e só veio dar obediência mais tarde (março de 51) ao capitão Peixoto (20). Os dois primeiros vieram logo ao Forte de Coimbra acompanhados de 50 cavaleiros. O capitão Carvalho hospedou-os ali por dois dias, mandou consertar-lhes as armas e as ferramentas e, no referido officio, declara que os persuadiu a deixarem as hostilidades contra os paraguaios e a recolherem-se pacificamente às suas aldeias. Nessa ocasião, o capitão Carvalho brindou os índios com baêta, pano de algodão, ferramenta e mais utilidades de que careciam (era talvez o preço da empreitada).

Insiste o comandante da fronteira em que continue habilitado a prestar auxílio e proteção aos guaicurus, a fim de conservar-lhes a amizade e aproveitar os seus serviços na segurança e defesa da fronteira. E pelo final do officio, que ora vamos transcrever, verifica-se que o capitão Carvalho, quando lhe convinha, servia-se daqueles índios, como se estava servindo, para policiar a fronteira e hostilizar os paraguaios. Eis o texto a que nos referimos: "Atualmente acha-se uma grande parte da força do capitão Lapagate guarnecendo o forte Olimpo e fazendo cruzar suas rondas até Fêcho-dos-Morros, com o

fim de avisar-nos de qualquer movimento dos paraguaios sobre esta fronteira, e, assim, continua este Forte acoberto de qualquer surpresa, sem que para isso seja necessário distribuir-se a pequena força de sua guarnição".

Moutinho, que se achava nesse tempo em Cuiabá, declara que repercutiu agradavelmente em Cuiabá a notícia da colaboração dos guaicurus na defesa da fronteira. "São estes fatos que deram lugar a que o governo descansasse e os cuiabanos se julgassem garantidos, por acreditarem que só os guaicurus poderiam repelir qualquer ataque do Paraguai (21).

O capitão Carvalho deixou o comando da fronteira e recolheu-se à côrte em fevereiro de 1851. Também, a 11 de fevereiro, Pimentel passa o governo da Província ao capitão de fragata Augusto Leverger. *Este novo Presidente, em officio de 22-1-851 (21^a)*, ao Ministro de Estrangeiros, põe à mostra que o capitão Carvalho era em grande parte responsável pelas desinteligências do governo paraguaio contra o Brasil. Reconhece Leverger que o procedimento do capitão Carvalho, comandante geral da fronteira, se bem que de nenhum modo justifique as hostilidades paraguaias, explica até certo ponto a desconfiança de que se mostram possuídos os paraguaios:

1º) por ter estabelecido o destacamento na ilha de Fêcho, cuja neutralidade era tanto mais respeitada quanto é ela, nos termos do citado officio n. 17, *a melhor e mais defensável posição*. "Cabe aqui participar a V. Exa., continua Leverger, que no auto de fundação não só se declara, com falta de verdade, que o destacamento se estabeleceu sobre a margem esquerda do rio, mas nem sequer se faz menção da ilha, pôsto que o canal que a separa da referida margem se-

(19) Corrêa do Couto — *Dissertação...* No fim do seu trabalho, o autor presta homenagem aos guaicurus pelos serviços prestados ao Brasil e faz ligeiro histórico da aliança, amizade e fidelidade desses índios, a partir de 1791.

(20) *Arq. Hist. do Itamaraty*.

(21) J.F. Moutinho, *Notícia sobre a Província...*, pág. 67.

(21^a) *Arq. Hist. do Itamaraty*.

ja navegável, e largo de 25 a 40 braças" (à vista do que, consulta lealmente Leverger se deve guardar no arquivo tal documento que depõe a todo tempo contra nossa boa fé). 2º "porque, em vez de francamente declarar ao comandante do forte paraguaio Olimpo que, com conhecimento do seu governo, ia-se fundar um destacamento no predito lugar, procurou iludir o mesmo comandante, como se vê da cópia inclusa sob n. 2 de um officio do próprio capitão Carvalho, dirigido ao meu antecessor; artifício, ao meu ver, desnecessário, e que não podia deixar de fazer suspeitar as nossas intenções". E, ainda mais, não se tendo feito comunicações disso ao nosso Encarregado de Negócio, em Assunção, ficou este na impossibilidade de prestar qualquer explicação. Outrossim, conforme declara o nosso representante no Paraguai, López não ficaria satisfeito com simples explicações, mas com a retirada do nosso destacamento.

As tropelias dos guaicurús contra os paraguaios continuaram pelos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Em officio de 16-1-951 (22), o capitão Antônio Peixoto de Azevedo, comandante geral interino, comunica de seu PC em Albuquerque que os cadiués fizeram incursão em território paraguaio, mataram algumas pessoas e arrebanharam cavalos e bovinos que vieram apresentar no Forte de Coimbra, pedindo pólvora para continuar suas correrias (23). Peixoto, porém, declara que envidará todos os meios para evitar novas atrocidades dos índios. Leverger faz idênticos comunicados ao Ministro de Estrangeiros a respeito dos guaicurús (24) e passa a recomendar ao comandante da fronteira que induza aos índios a porem fim às hostilidades contra os paraguaios e não lhes ceda armas e munições. En-

trementes, os índios ainda continuaram ocupando o Forte Olimpo. A 16 de fevereiro, porém, o comandante da fronteira, avisa de Coimbra ao presidente Pimentel, que na véspera à noite, recebeu, vindos de Assunção, três officios, enviados por Bellegarde, um para o presidente da Província e dois para o comandante geral da fronteira, sendo um destes do Ministro da Guerra. Continham esses documentos "além da ordem para a desocupação do Pão de Açúcar, recomendações para que cessem as hostilidades na fronteira..." (24^a).

Nada obstante, ainda em officio de 30-3-851 (25), Bellegarde avisa Leverger que os cadiués passaram-se para a margem direita do rio Paraguai e fizeram incursões pelas salinas entre Baía Negra e Olimpo. "Esta questão de limites, continua o nosso Encarregado de Negócios, é espinhosa, e é indispensável muita paciência, e, sobretudo não despertar suspeitas, aliás infundadas, de que nutrimos idéias invasoras... é necessário adormecer esta questão, sem contudo, nos esquecermos de preparar a sua conveniente solução. Entretanto, O Presidente da República vai fortalecendo as guarnições e postos da esquerda do Apa".

Como não proceder assim o governo paraguaio e como não desconfiar das intenções brasileiras, se um comandante de fronteira açula os guaicurús, como quem atiga matilha de cães, a hostilizar os nossos vizinhos, e um presidente da Província (Pimentel) condescende com o procedimento daquele official.

Era difícil, pois, conter os guaicurús, uma vez soltos pela campanha e incitados a essas correrias, tanto do seu gosto e inclinação. Ainda em officio de 23-9-51, Leverger informa ao Ministro de Estrangeiros (26) que 200 cadiués vol-

(22) Of. de 13 e 22 de fevereiro de 1851 no Arq. Hist. do Itamaraty.

(23) Como não haveriam de prosseguir nas tropelias, se o capitão Carvalho lhes dera munições e os soltara na campanha.

(24) Of. de 16-2-851, do capitão Peixoto. Arq. Hist. de Cuiabá.

(24^a) Of. de 13 e 22 de fevereiro, Arq. Hist. do Itamaraty.

(25) Idem, idem.

(26) Officio no Arq. Hist. do Itamaraty.

taram a varar o Apa para o sul e a arrebanhar cavalos e ovelhas.

Bellegarde nesse ponto dirige-se a Leverger dizendo-lhe que "éstees índios nos incomodam extremamente nas boas relações fronteiriças. Qual será o meio de remediar éste inconveniente? Éste govêrno está pronto a concorrer para qualquer operação militar, que seja necessária para éste fim. Guie-me, conclui Bellegarde, sôbre éste objeto". Ao que, Leverger responde que tudo tem feito a êsse respeito. Todavia, o austero e judicioso Presidente discorda de Bellegarde quanto ao modo de agir em relação aos guaicurus. A ação repressiva é de difícil emprêgo, afirma Leverger, e declara que continuará a usar da vigilância e meios preventivos. E, nesse sentido, termina Leverger o seu comunicado, informando ao Ministro que reiterou suas ordens ao comandante da fronteira.

Não satisfeito com essas novas providências, Leverger declara em officio de 22-9-51 ao Ministro de Es-

trangeiros (27) que ouviu um cacique cadiuéu e um beaquiéu, ambos guaicurus, aquele, chefe de 400 índios, e éste, de 50 ou 60, e a ambos aconselhou e ordenou, em nome do Imperador, que se abstivessem de hostilidades contra os paraguaios; e, mais ainda, que convencionou com o primeiro a ida de uma missão capuchinha para residir na aldeia dêle, fazendo-se acompanhar de um pequeno destacamento de gente escolhida.

Tem-se, por éste ligeiro relato, uma idéia exata, ainda de poucos conhecida, do incidente de Fêcho-de-Morros em 1850. Dêle se podem tirar logo duas conclusões. Primeira, da correção e lisura com que agiram naqueles acontecimentos dois grandes brasileiros, Bellegarde em Assunção e Leverger em Mato Grosso. Segunda, a contribuição, selvática e imoderada embora, dos guaicurus, na defesa de nossas fronteiras, dentro das quais êles se sentiam à vontade, porque defendiam também os próprios pagos.

(27) Idem, idem.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —